

O QUE É PARTICIPAR?

O EXEMPLO DE UMA REUNIÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO NO CARIRI DA PARAÍBA¹⁹

*Eric René Jean Duroisset**

Hoje, todo mundo parece estar de acordo em afirmar a importância da participação dos trabalhadores do campo (ou camponês) no sucesso ou no fracasso dos programas de desenvolvimento. Entretanto, o sucesso de tais programas é muitas vezes aleatório. Pergunta-se então se não existem numerosas ambigüidades na noção de participação. Como ela se efetua na realidade? Que tipos de relações sociais se criam quando há uma participação dos trabalhadores do campo?

Concretamente, a participação pode apresentar muitas faces. Pode tratar-se de uma participação financeira do produtor, de uma participação em uma associação gestora de uma intervenção, de uma participação através do voto, etc. A reunião de informação com a população beneficiária do projeto é uma dessas técnicas freqüentemente utilizada. Para se conseguir a participação quando se encontra "resistências" (o termo é freqüentemente utilizado pelos planejadores que encontramos por ocasião da nossa pesquisa) para realizar um projeto, a reunião com os beneficiários do mesmo gera tensões e conflitos ligados à intervenção. A reunião e a comunicação são apresentadas como transparentes, situando-se muito além dos eventuais conflitos de interesses ou mesmo permitindo ultrapassá-los. Ora, queremos mostrar neste artigo que, como em toda relação social, a reunião entre interventores e be-

¹⁹ Este artigo se inscreve num trabalho coletivo coordenado por Ghislaine Duqué intitulado "RECURSOS HÍDRICOS E DINÂMICA SOCIAL NO SEMI-ÁRIDO", financiado pelo CNPq. Agradeço aqui, muito particularmente a Maria Cristina de Melo Marin para ajuda na tradução e Francimar Fernandes de Sousa por sua preciosa colaboração na pesquisa de campo e na escuta das fitas resultantes do registro da reunião.

* Doutor em Sociologia; Professor Visitante do Mestrado em Sociologia da UFPB.

neficiários de uma intervenção efetua-se seguindo regras que podem traduzir relações de força, de oposição, de conflito ou ainda de colaboração.

Propomo-nos analisar aqui como se constróem as relações sociais no seio de uma reunião de informação. Quais são as relações sociais ligadas aos mecanismos de uso da palavra e de tomada de decisão durante o desenvolvimento da reunião? Como se constrói um intercâmbio? E, finalmente, o que é participar?

Tomemos o exemplo de uma reunião apresentada como “participativa” pelas autoridades que se propuseram a organizá-la. Após apresentarmos rapidamente o contexto da reunião, passaremos a analisar a realização das trocas com a ajuda de duas técnicas de pesquisa, a observação e a análise de conteúdo. Pela observação analisaremos a organização do espaço físico da reunião, pois a maneira como os participantes se colocam no espaço físico não é neutra: ela traduz e simboliza as relações sociais (de poder, de conflito, de colaboração, etc.). Pela análise de conteúdo entenderemos como se organiza o discurso dos interventores, como também dos beneficiários da intervenção e, finalmente, como se constrói uma representação dos temas e das questões legítimas abordadas durante a reunião.

O CONTEXTO

O Cariri Paraibano é uma região ingrata e ressecada. Nestas terras a seca é muito marcante: apenas 300 a 500 mm de média de chuvas anuais, concentradas em três meses e às vezes menos. Trata-se de chuvas irregulares. Isso traz dificuldades para o homem em relação ao cultivo da terra.²⁰ Poder-se-ia pensar que, face a esta situação, os produtores locais estivessem receptivos a projetos cujo objetivo fosse a melhor utilização da água. Em 1983 o Estado da Paraíba propôs-se a implantar nesta região um projeto

²⁰ A este respeito consultar H. Therry, Modesto Siebra Coelho, Cariris Velhos. A difícil e indispensável penetração da inovação no coração da “diagonal seca”, in *Géographie et Ecologie de la Paraíba*, t II, Centre d’Études de Géographie Tropicale, CNRS/UFPA.

de irrigação bastante ambicioso visando atingir 71 famílias . Em agosto de 1995 o desenvolvimento do projeto parece bloqueado. A infra-estrutura foi montada, mas as famílias não parecem motivadas para utilizá-la. Constatando esta situação, as autoridades propõem um encontro com os produtores. A reunião é precedida, algumas semanas antes, de uma campanha de informações, inclusive pela imprensa. Vale ressaltar que a iniciativa da reunião vem das autoridades e não dos produtores. A participação destes vai, portanto, se construir como resposta a uma decisão das autoridades e não como movimento coletivo e autônomo dos próprios produtores.

Isto não significa que os produtores não tivessem expectativas em relação à reunião. Escutando o registro das intervenções feitas durante a reunião e o das entrevistas realizadas com os produtores, percebe-se que o problema principal para eles é o preço da energia necessária para acionar as bombas, julgado alto demais. Os produtores pensavam que a reunião tinha por objetivo a solução do referido problema (pois a maior parte dos produtores não utilizam a infra-estrutura do projeto por conta do preço elevado da eletricidade).

Entretanto, esse problema central dos agricultores não é discutido pelos organizadores da reunião²¹. Estes propõem outros objetivos, que aparecem como os objetivos “legítimos” do encontro. Para os organizadores, a reunião tem dois objetivos: “dinamizar os produtores” e “explicar o projeto” (expressões que apareceram com frequência no seu discurso. A nosso ver, por trás desses dois objetivos se escondem na realidade, relações de poder. “Dinamizar significa, para os organizadores, “convencer” os produtores, “fazê-los cooperar”, “fazê-los aderir” à visão do projeto proposta pelas autoridades. A utilização do verbo “explicar” contribui para fixar uma relação de imposição do saber. A reunião de informação é vista como um instrumento pedagógico. A situação é escolar: de um lado os atores dotados de saber (os organizadores), de outro lado

²¹ Apesar de haver uma representante de companhia de eletricidade, ela não estava na mesa dos organizadores. Ela sentou-se no auditório praticamente ao mesmo nível que os produtores. Não foi previsto que usasse a palavra durante a reunião

os produtores que são desprovidos de saber e que não entendem bem o objetivo e a razão do projeto proposto.

A DISPOSIÇÃO ESPACIAL

A disposição física dos participantes da reunião nos oferece informações sobre as relações de poder que se estabelecem durante a reunião. Vista sob este ângulo, a reunião é dividida em dois tempos: um tempo de espera e o tempo da reunião propriamente dita.

O Tempo de Espera

A reunião é prevista para às 9 horas mas só começa com mais de uma hora de atraso²². Durante esse tempo de espera, os protagonistas se dividem em dois grupos claramente distintos. No pátio, local previsto para a reunião, encontram-se “as autoridades”²³, isto é, os responsáveis do projeto (o secretário de agricultura do Estado, o diretor da EMPASA, o coordenador da EMATER, dois agrônomos, o coordenador geral da irrigação, dois assistentes sociais), os políticos (deputado, prefeito), um representante da companhia de eletricidade, os dois sociólogos. As autoridades têm em comum o mesmo espaço de convívio. Elas se cumprimentam e mostram que compartilham (ou dão a impressão de compartilhar) o mesmo universo. Fora do pátio, a uns vinte metros de distância, mais exatamente na praça do vilarejo, encontram-se os produtores e suas famílias que, por sua vez, compartilham igualmente um mesmo universo de sociabilidade. Esta separação física dos prota-

²² A grande maioria dos participantes chegou na hora prevista. Falta, entretanto, o deputado estadual, por que se espera. Um único indivíduo conseguiu atrapalhar o desenvolvimento da reunião. Assim, antes mesmo que a reunião começasse, o deputado impõe-se como um personagem importante do encontro. O tempo de espera é utilizado para fortalecer uma relação de poder. Dessa forma, fazendo-se esperar, de um lado, que a reunião depende de sua presença e, de outro lado, que ele é sobrecarregado de coisas importantes a fazer (ao menos tão importantes quanto a espera de 150 pessoas).

²³ Não citaremos os nomes dos interventores, pois estamos falando de lógicas sociais e não de indivíduos.

gonistas parece demarcar a existência de uma fronteira invisível, e revela logo uma divisão social entre os dois grupos. Mostra que o encontro que vai se efetuar coloca frente a frente os interlocutores que, na vida cotidiana, se situam à distância. É provável que muitas coisas tenham sido expressas neste momento que antecede a reunião sem que tenham vindo à tona publicamente no momento seguinte. A palavra expressa naquele momento se dirige apenas ao grupo no seio do qual cada um se reconhece e não à totalidade dos protagonistas da reunião.

O Tempo de Troca

A disposição espacial da reunião é concebida segundo um modelo escolar. O espaço físico divide-se em três partes: de um lado, a mesa das "autoridades oficiais", que se situam face a um "auditório", este dividido em duas partes, uma dispendo de cadeiras e outra onde as pessoas são obrigadas a ficarem de pé.

A Mesa da "Oficialidade"

Os doze organizadores da reunião beneficiam-se de uma mesa e podem sentar-se. Por trás deles encontra-se o mapa do perímetro irrigado e dois esquemas cujo objetivo é de sintetizar o desenvolvimento do projeto e mostrar interesse em se engajar.

"O Auditório" — Pessoas Sentadas

Diante da mesa dos organizadores encontram-se vinte pessoas sentadas; doze destas pessoas são mais ou menos diretamente ligadas às autoridades oficiais. Trata-se das assistentes sociais, dos dois sociólogos, do representante da companhia de eletricidade, etc., oito produtores também estão sentados.

"O Auditório" — Pessoas em Pé

Atrás daqueles que estão sentados encontram-se cento e trinta pessoas em pé. Trata-se dos produtores e de suas famílias.

Esta disposição espacial não é por si mesma neutra. A falta de cadeiras obriga os produtores a ficarem mais de três horas em

pé. O sofrimento físico que este fato provoca não é considerado como problema para as autoridades, nem aparentemente para os produtores. A partir do direito de sentar ou não os produtores são colocados em pé de desigualdade com as autoridades. A falta das cadeiras contribuiu para criar uma hierarquia entre autoridades e produtores, instaurando-se, desse modo, uma relação de poder.

Por outro lado, esta disposição é tipicamente escolar. Os produtores são colocados numa situação de "público", de "auditório" recebendo a palavra dos promotores numa atitude passiva. O uso da régua, pelos organizadores do projeto para a leitura do mapa e dos esquemas, reforça o aspecto escolar do encontro. Aliás, um dos objetivos da reunião é "explicar" como as dificuldades de colocar o projeto em prática estava ligada à falta de informações dos produtores.

Assinalamos, aqui, que existem outros modelos espaciais para organização de reuniões deste tipo²⁴. Existe igualmente o modelo do tribunal que divide a população em três blocos: na frente o presidente ou coordenador da reunião, de um lado os promotores do projeto e de outro lado os beneficiários. As "autoridades" e os beneficiários do projeto se situam, então, sobre o mesmo plano, favorecendo a relação de igualdade.

A ORGANIZAÇÃO DA PERMUTA

A permuta dividiu-se em duas etapas:

Num primeiro tempo, cada um dos responsáveis é apresentado. Cada apresentação é seguida de aplausos da parte do público. Desta maneira, o poder é encenado. Mesmo que os produtores aplaudam por gentileza, aplaudir, é implicitamente aprovar e reconhecer a legitimidade de uma autoridade. Esta permuta (apresentação seguida de aplauso) contribui então, de maneira mais ou menos consciente, para posicionar os produtores num pa-

²⁴ Sobre este assunto, pode-se consultar o artigo de DEFRANCE. (J) — "*Donner la parole. La construction d'une relation d'échange*" — in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o. 73, p. 52-66.

pel passivo e de aceitação. De outra parte, enquanto os responsáveis são apresentados e nomeados por seus títulos distintivos (secretário de agricultura, deputado, etc.), os produtores não são individualizados. Eles formam um bloco e apresentam apenas tomam a palavra que eles se apresentam, ou, mais freqüentemente, que eles são apresentados (pelo deputado ou técnico que os conhece).

O segundo tempo da permuta é constituído pelas intenções dos responsáveis numa ordem previamente definida. Num primeiro momento fala o coordenador geral de irrigação, que explica o projeto, em seguida o secretário da agricultura, depois os políticos (o deputado, o prefeito de uma das comunidades), uma assistente social, etc.

Diferentemente dos responsáveis do projeto, os produtores não têm espaço para palavra previsto anteriormente. Eles são obrigados a interromper, cortar a palavra dos responsáveis para intervir. Para se exprimir, eles são obrigados a quebrar a organização regular da reunião. Por outro lado, quase sempre, o responsável que é interrompido no seu discurso “faz com que” os produtores que tentam falar retomem seu lugar, o que significa que devem esperar sua vez, quer dizer, no fim do discurso do responsável. Os produtores são colocados em situação de perturbadores do desenvolvimento da reunião (“não é preciso interromper”).

Esta oposição entre uma organização argumentativa da tomada de palavra das autoridades e a ausência da organização da palavra dos produtores reflete numa relação de poder. Como a possibilidade de falar é dada lance por lance pelos organizadores da reunião, estes últimos controlam o direito à palavra. Eles obrigam os produtores a reconhecer-se como interlocutores e a respeitar sua autoridade. Concedendo aos produtores direito à palavra, os detentores da autoridade constroem igualmente os produtores a se situar como perguntadores. Encontra-se aqui um mecanismo clássico do poder que descreve Mauss²⁵, o processo do dom.

²⁵ Cf. MAUSS (M) — “*Essai sur le don*”, in *Sociologie et Anthropologie*, p. 144-279, Paris, PUF, 1989.

Aquele que se dá concede um poder. A pessoa que recebe está em posição de inferioridade, porque ela tem que entregar; deve dar contas. Guardando o direito da palavra e, sobretudo, dando em conta-gotas aos produtores, as autoridades reforçam, consciente ou inconscientemente, seu poder, eles tentam dirigir e controlar a participação dos camponeses.

O cálculo do tempo da palavra dado às autoridades e aos produtores mostra bem a desigualdade assim criada. Deste modo numa reunião que tem a duração aproximadamente de três horas, os produtores falaram no geral apenas quinze minutos. Num plano quantitativo, a participação das duas partes é então muito desigual.

Outro elemento deve ser levado em conta na análise da permuta. Os meios através dos quais a população se expressa e participa são diversos e uma simples retranscrição dos discursos ou simples contagem do tempo da palavra não é suficiente para os refletir na totalidade. Deste modo, os produtores participam viuse, aplaudindo. Longe de ser passivo, eles vão igualmente tentar escapar da ordem imposta participando das reações de povo sob a forma de murmúrios. Em certos momentos da reunião os produtores puseram-se a falar entre si, como se não escutassem mais o discurso das autoridades. São concedidos espaços de falas livres e escondidas. Livres porque não são controladas pelos organizadores da reunião; escondidas, porque do murmúrio não provém um discurso estruturado. Pode-se supor que este tipo de manifestação é igualmente mais importante numa reunião em que o produtores sentem que é difícil falar com as autoridades. O murmúrio está no espaço da palavra contestadora, maneira de quebrar o contexto da interação tal qual foi definida pelos oficiais. Por outro lado, o secretário da agricultura, diante desta situação, chamou os produtores à ordem, um pouco como se faz com crianças na escola que não conhecem as regras da sociabilidade e o respeito à autoridade ("aqueles que não se interessam podem sair, vocês devem respeitar os que falam"). Esta intervenção do secretário da agricultura reforça o aspecto escolar da reunião. Os produtores aparecem para as autoridades como ignorantes em dois níveis: eles desconhecem o projeto e seu objetivo, e é por esta razão "que eles se opõem a

isso e que é preciso lhes explicar”, mas, além disso, eles ignoram as regras de participação e de boa conduta por ocasião de um encontro, regras entretanto fixadas antes pelas autoridades.

QUEM PARTICIPA?

Até o momento, nós apresentamos a reunião como uma relação de permuta entre duas partes, os produtores ligados ao projeto de um lado, e de outro, as autoridades responsáveis. Ora, esta distinção entre as autoridades e os produtores é negada por alguns atores da reunião, — os *políticos*. Aqueles, dentre eles, que falaram (o deputado local e o prefeito da comunidade principalmente atingida pelo programa) apresentaram-se como sendo os representantes da comunidade e fazendo parte do povo: “Eu gostaria de falar em nome deste povo, dizer o que eu escuto dia a dia da parte dos irrigantes” (o deputado). O prefeito explica que é filho de produtor e o deputado se diz “produtor” ele mesmo. O deputado, durante a reunião, tem igualmente outra estratégia para aparecer ao lado dos produtores: ele explica que possui também terras incluídas no perímetro do projeto e intervém junto ao secretário da agricultura em nome de dois produtores que se beneficiam de bombas para sugar água da irrigação. Assim, ele tenta mostrar que ele entende e defende os interesses dos pequenos produtores. Do seu lado, o prefeito tenta também mostrar que ele está próximo dos interesses dos irrigadores, criticando os técnicos que mal conhecem os camponeses: “eu sou filho de agricultor. Tenho o hábito de me opor aos técnicos que não conhecem a realidade daqui. O técnico deveria falar menos e escutar mais. Os que freqüentam a universidade deveriam conhecer a linguagem do povo”.

O deputado e o prefeito tentam assim confundir seus papéis sociais. Embora eles se situem de maneira evidente do lado das autoridades (eles estão sentados à mesa dos promotores do projeto, eles falam de maneira familiar com os técnicos e engenheiros, eles têm um tempo de palavra previsto antes, etc.), eles tentam situar-se ao lado do “povo”, dos “produtores”.

Esta estratégia (consciente ou inconsciente) permite que se

dê o direito da palavra no lugar dos pequenos produtores que, mais uma vez, são colocados no lugar de espectadores da reunião. Esta negação da distinção intervenientes/beneficiários é o primeiro mesmo criada da negação da relação da autoridade que está creditada durante a reunião. Como pode haver uma relação de poder, se as duas partes têm os mesmos interesses? Pode-se dar um exemplo concreto desta estratégia de negação. Por ocasião da reunião o problema do custo da eletricidade permitindo o funcionamento das bombas para irrigação é levantado pelos camponeses. Isso é muito enfatizado por eles. Diante desta questão, o deputado toma a palavra e explica que “é também um problema que me concerne, porque eu também sou produtor”.

Desta maneira, ele diz dividir os mesmos interesses com o conjunto dos produtores. Entretanto, alguns minutos depois ele elogia a companhia de eletricidade “que faz um esforço muito importante concedendo tarifa reduzida para os produtores”, reencontrando seu lugar junto dos promotores do projeto e defendendo sua posição.

Isso mostra que o problema deste tipo de reunião não é tanto saber se há participação ou não, mas de ver como ela se efetua concretamente, quem realmente participa, quem escutou, quem se apropriou da palavra. A participação, como é aqui o caso, pode estar delegada a um ator que diz representar os interesses dos camponeses.

De outro lado, participar de uma reunião deste tipo supõe saber antes de tudo falar em público. Os produtores têm frequentemente dificuldades de tomar a palavra porque eles têm medo de não poder se expressar corretamente e não chegam a se situar sobre o mesmo plano que seus interlocutores. Falar com alguém é, em certa medida, pensar já sobre o mesmo nível de igualdade do seu interlocutor, é refletir que uma comunicação possa ser estabelecida. Assim, durante a reunião, só três produtores vão falar e, entre eles, só um vai falar muito mais que os outros. Este último domina bem os problemas que são destacados durante a reunião (tarifas de eletricidade, etc.). Este problema de participação é claramente expresso por um dos produtores “todos os agricultores estão lá, mas todos eles têm medo de explicar a situação e de falar

dos problemas que nos importunam”.

O CONTEÚDO

Como vimos, a participação pode ser analisada por sua organização formal, com estudo da organização espacial dos intervenores e modos de intervenção dos atores. Mas, a participação tem também um conteúdo. Trata-se de saber quem diz o quê, quem é escutado, como são colocados os legítimos assuntos da conversa, quais são os problemas que se considera como importantes, etc.

Numa reunião, cada uma das diferentes partes tenta impor um assunto legítimo para se discutir. Assim, para os produtores engajados no projeto de irrigação, o principal problema que deve ser ressaltado é o custo da eletricidade, que eles consideram como sendo muito elevado; a maioria de suas intervenções giram em torno desta questão. Em sua mente, a reunião foi organizada essencialmente para resolver este problema. Ora, para os organizadores, o encontro foi organizado, já dissemos, para dinamizar e “explicar” o projeto. Pode-se observar desde o início a existência de um mal-entendido com relação ao próprio conteúdo da discussão.

Na realidade, o conteúdo da reunião é essencialmente dirigido e dominado pelos organizadores. Em sua mente, trata-se não somente de explicar, mas também de convencê-los a mudar radicalmente seu modo de trabalho e sua maneira de conceber sua profissão de agricultor. A discussão deste tema efetuou-se em várias etapas. Vamos retomar por ordem cronológica o desenrolar das intervenções:

A Intervenção do Secretário da Agricultura.

A reunião inicia-se com a intervenção do principal responsável pelo projeto. Sua intervenção divide-se em três fases.

Na primeira fase, ele apresenta o *objetivo do projeto* para a região e principalmente para os agricultores. Explica que se trata de um projeto muito ambicioso que visa a transformar a região. O interesse da irrigação para os agricultores é que eles vão se tornar

independentes. Ele critica outros projetos de irrigação onde o colono é considerado como um verdadeiro funcionário público. Aqui a liberdade do agricultor será conservada.

Numa segunda fase, ele apresenta o *próprio objeto da discussão* que, segundo ele, deve ocorrer. Ele explica que o principal problema para os agricultores é a escolha da cultura a ser feita.

“O que plantar? É a pergunta fundamental. É sobre isto que nós devemos discutir hoje”. Ele coloca, pois, o problema, antes mesmo que os agricultores tenham começado a intervir.

Numa terceira fase, ele começa a responder às perguntas que acaba de fazer. Explica que a agricultura irrigada é de natureza fundamentalmente diferente. Ela precisa de um grande investimento e de um acompanhamento técnico. O produtor deve considerar isso. Por outro lado, a agricultura irrigada é feita para a venda. É preciso, pois, encontrar saídas, é preciso que a atividade seja “rentável”.

Durante toda a reunião, em cada uma de suas intervenções, o Secretário da Agricultura tenta conduzir os agricultores para o tema da discussão: “o que plantar?” Ora, os agricultores não reagiram face a essa pergunta. No meio da reunião, constatando a ausência de reação dos agricultores, ele é conduzido a repreendê-los. Pede aos produtores para levantar o dedo (colocando-os deste modo numa situação escolar com obrigação a responder) para que digam o que eles plantam. Só uma pessoa levanta a mão e responde: “Oh! Aqui, planta-se de tudo: feijão, milho, tomate”. É a única intervenção de um agricultor durante a reunião sobre este tema. Vê-se então que não há absolutamente demanda por parte dos agricultores sobre esta questão. O conteúdo da participação constrói-se em torno dos objetivos feitos pelos organizadores da reunião.

As Intervenções dos Políticos.

Num segundo momento, um deputado e um prefeito pedem a palavra. Retomaremos apenas o discurso do prefeito. Esse divide-se em três fases:

Na primeira fase, o prefeito invoca a *necessidade da partici-*

pação da população. “É preciso dar a palavra ao povo. Vocês devem participar. Tem-se necessidade de sua opinião”. Ele explica em seguida que, ele mesmo, na qualidade de eleito, é representante do povo e se sente na necessidade de participar.

Numa segunda fase, *ele explica o conteúdo desta participação e define os objetivos para os agricultores.*

Ele diz que esta participação deve-se fazer em torno “de objetivos comuns”. Nós devemos ter objetivos comuns. As divergências devem desaparecer. Devemos falar a mesma linguagem. Devemos fazer uma agricultura rentável”. Esta intervenção, vê-se, contribui uma vez mais para construir a participação como uma resposta aos objetivos expressos pelos organizadores. Com a utilização do “nós”, o político tenta, de um lado, negar a existência de divergências potenciais entre interventores e produtores. De outro lado, quando fala da agricultura rentável, ele mesmo define o único objetivo “comum”.

Na continuação de sua intervenção, detalha o que entende por “rentabilidade”. Pega um copo de plástico, explica que, para fabricá-lo, é preciso comprar máquinas, plástico, energia, pagar salários, encargos sociais. Ele termina sua explicação com “Eis o que vocês devem aprender. Eu falo de economia, de composição de custo”. Através deste discurso escolar, na forma de um “curso”, ele postula implicitamente que os agricultores são ignorantes em matéria de economia. Pode-se lembrar rapidamente aqui que os agricultores têm sua própria “racionalidade econômica” que o homem político tenta ignorar. Sua lógica de funcionamento faz com que eles estejam sempre reticentes para engajar-se na especialização e comercialização da totalidade de sua produção. A diversificação e autoconsumo são estratégias para limitar os riscos econômicos ligados às indecisões do mercado.

Numa terceira fase, *ele precisa qual deve ser a produção na região.* Dando o exemplo de uma outra região do Brasil que se desenvolve graças à goiaba, ele explica “que aqui há um enorme potencial para a fruticultura. “Diante desta proposta, um agricultor intervém, colocando logo sua própria lógica econômica. Ele explica que os pequenos produtores não podem se atirar a esta

produção “porque, para a fruticultura, é preciso esperar vários anos antes que isso dê; nós não podemos”. Esta proposta, que poderia ser assunto de debate, não é ressaltada pelos organizadores da reunião.

A Intervenção da Assistente Social e do Presidente da EMATER.

Até o momento, os produtores não tem absolutamente nenhuma tomada de decisão face ao que lhe é proposto. Eles essencialmente ressaltaram-se de dificuldades: o preço da eletricidade ligada à irrigação e, de outro lado, a longa espera pelas primeiras colheitas que implicaria sua especialização na fruticultura.

Apesar destas objeções, os interventores seguintes agem como se já houvesse um acordo sobre o princípio da escolha de um nova agricultura, como se a cooperação entre as autoridades e os produtores já estivesse em andamento. Assim, a assistente social explica “que pode-se pensar em outra cultura. Vai reunir-se em conjunto para discutir o que produzir. As culturas tradicionais não valem nada. É preciso deixar cair o sistema milho/tomate/feijão”.

O presidente da EMATER, por sua vez, explica “que é preciso discutir uma alternativa para a agricultura competitiva. Sabe-se já que a fruticultura é uma boa via”. Desta maneira, age como se a resposta da pergunta “o que plantar” já tivesse sido dada. Ele postula que a opção pela fruticultura já está obtida, como se houvesse um acordo de todos sobre esta questão.

A Conclusão do Secretário da Agricultura.

A conclusão do secretário da agricultura divide-se em dois momentos.

No primeiro momento, ele propõe uma síntese da reunião. A exemplo dos políticos, ele invoca a legitimidade da participação e, portanto, a legitimidade das decisões que foram tomadas. “Foi uma reunião extremamente participativa”. Ele explica que há dois pontos que foram ressaltados, o da tarifa da eletricidade e o da discussão “o que plantar?”. Este exercício da síntese tem a apa-

rência da neutralidade, já que o interventor parece repetir o que foi dito. Na realidade, esta síntese é uma maneira de dar sua própria posição. Deste modo, para o problema da eletricidade, ele utiliza o "nós" negador das diferenças de interesses, agindo como se os interesses da companhia de eletricidade fossem de encontro aos dos pequenos produtores: "não é segredo para ninguém que nossa companhia de eletricidade passa um momento difícil e dificilmente pode baixar suas tarifas. Nós não queremos que nossa companhia de eletricidade entre em falência".

No que concerne ao segundo ponto, quer dizer, a mudança da agricultura da região, ele utiliza o termo "discussão": "Foi a discussão sobre a questão o que plantar?", como se o enunciado da palavra tivesse poder de fazer aparecer a realidade. Ora, está claro que esta discussão não teve lugar, ou somente entre as próprias autoridades.

Depois desta "síntese", ele lança várias idéias e projetos. Propõe-se a informar aos agricultores sobre o mercado e toma, de maneira unilateral, a decisão de criar uma associação para informá-los sobre esta questão. Em seguida, lança algumas pistas para reflexão e coloca o modelo de agricultura que lhe parece adaptada para a região. "O melhor é articular o produtor com a empresa industrial. Esta garante acesso aos mercados. O produtor torna-se um prestador de serviços, o que, para ele, diminui os riscos. Ele recebe as sementes, tudo. Para o produtor, não há mais necessidade de comprar. Vocês não terão mais problemas de administrar o dinheiro". E ainda, mais longe: "É preciso modernizar-se. Na era da informática, vocês não podem mais plantar milho, feijão e tomate". "O Estado faz um esforço financiando este projeto. Não podem mais continuar fazendo como seus avós faziam. Damos o dinheiro, é preciso que agora vocês utilizem bem".

Toda a ambigüidade do projeto revela-se aqui. Em troca, sob a forma de infra-estrutura de irrigação, os agricultores são obrigados a voltar o contra-dom; eles devem mudar radicalmente o modo de funcionamento e, talvez, no limite, delegar toda a responsabilidade e liberdade a sua empresa. Deste modo o projeto de irrigação é um presente, mas que vai começar a custar caro para o agricultor. Este último, diante desta situação tenta defen-

der sua própria lógica de funcionamento. Várias vezes os produtores vão intervir para falar de sua recusa em inserir sua atividade em relações unicamente comerciais: "Nós temos necessidade de dinheiro, não de ganhar dinheiro", e mais além: "o produtor não trabalha para enriquecer, mas para viver". Mas, apesar da oposição dos produtores ao projeto exatamente como é proposto pelas autoridades, o próprio assunto do encontro foi essencialmente conduzido pelos organizadores. Num primeiro momento, eles propõem, por si mesmos, o objeto de discussão: "o que plantar". Em seguida, eles delimitam progressivamente qual deve ser a resposta a esta pergunta num primeiro instante eles falam de "uma agricultura rentável e técnica", em seguida "de um potencial da região para a fruticultura"). Enfim, eles fazem como se esta resposta fosse adquirida e lançam o objetivo de uma agricultura ligada às empresas industriais.

CONCLUSÃO

A noção de participação é extremamente delicada e diversificada. Ela pode se realizar concretamente através de múltiplas situações. Às vezes, é sinônimo de colaboração, refletindo uma relação de poder: é o caso quando os agricultores aplaudem os organizadores de uma reunião. Ela pode ser igualmente sinônimo de contestação (por exemplo, quando os produtores se expressam fazendo murmúrio). Mas sobretudo, ela pode ser utilizada pelos organizadores das intervenções como técnica de poder. Confundindo "participação" e "colaboração", pode ser utilizada como meio de justificar uma intervenção. Deste modo as decisões tomadas em uma reunião de informação como a que vimos analisar têm aparência de legitimidade, porque elas foram oficialmente "discutidas democraticamente". Ora, esta visão das coisas negligencia o fato de que, como em toda relação social, as relações que invocam a noção de "participação" se estabelecem entre atores que não têm o mesmo nível de poder na vida social, nem o mesmo nível de instrução, nem simplesmente o mesmo lugar no seio da estrutura social. Deste fato, decorre que as discussões que podem surgir numa reunião "participativa" e as eventuais decisões que são to-

mas durante esta, realizam-se num clima de desigualdade.

Concluindo, pode-se citar o artigo do jornal local que prestou conta da reunião que analisamos. Ele cita a presença “dos principais atores” da reunião: o secretário da agricultura, o deputado local, vice-secretário da agricultura, o diretor da EMPASA, o coordenador da EMATER, um agrônomo, prefeito... esquecendo de falar da presença dos produtores!